

COLEÇÃO "ENSAIO & TEORIA"

Dirigida por Luiz Felipe Baêta Neves

O Tempo das Tribos; o declínio do individualismo nas sociedades de massa (Michel Maffesoli)

O Jogo e a Constituição do Sujeito na Dialética Social (Circe Navarro Vital Brazil)

Comportamento e Contracontrole Social; crônica do behaviorismo radical de Skinner (Celso Pereira de Sá)

Memórias do Social (Henri-Pierre Jeudy)

LUIZ FELIPE BAÊTA NEVES

**AS MÁSCARAS
DA
TOTALIDADE TOTALITÁRIA**

Memória e produção sociais



FORENSE-UNIVERSITÁRIA
Rio de Janeiro

1988

PARA UMA TEORIA DA CARTA

Notas de Pesquisa

1) A carta constitui uma ambivalência; é a exterioridade de uma interioridade. E ainda: é a exibição de uma invisibilidade. Materializa uma gama muito variada e ampla de sentimentos e pensamentos. É, a carta, uma forma de tornar público o privado, de lançar, na sociedade, o indivíduo;

2) A carta é a presença de uma ausência. A carta, tradicionalmente (funcionalmente), é vista apenas como uma forma de comunicação. Mas, ela pode comunicar uma falta, uma distância. Em princípio, o destinatário não está presente; a carta é, assim, a reiteração de um afastamento;

3) O que seria uma 'história da carta' quanto à sua 'publicidade'? Em que condições se pode, ou se deve, quebrar o 'segredo' característico da carta? Quais as injunções morais, quais as formas de legitimidade possíveis para a quebra do segredo?

4) A carta é algo de pessoal, ou, antes, interpessoal, porque, de fato, ela supõe a existência de um outro — o destinatário. A carta é uma forma de comunicação que exige dois registros diferentes de enunciação/recepção (o que não se dá, por exemplo, na conversação);

5) No quadro histórico: qual o estatuto efetivo da carta como forma social de comunicação. Enquanto *informação*, como conviveria com comunicados oficiais, leis, bulas?

6) No contexto jesuítico do século XVII colonial, no Brasil: a *escrita* ou *leitura* de cartas era algo previsto em um cotidiano tão 'antecipado' e esquadrinhado pela teoria jesuítica em voga? Haveria uma 'autonomia' da carta? Qual a importância dos "atos de escrita" no cotidiano?

7) A carta tem uma 'geografia múltipla'; para ter eficácia enquanto comunicação, pelo menos — deve ser "válida" (legível) nos pontos de emissão e nos de leitura. Isto, que parece uma banalidade, assume importância particular nos momentos histórico-culturais em que se expande o Ocidente. A carta pode ser, então, extremamente útil como fonte de informação sobre a alteridade. Terá que ser tão mais detalhada quanto menos se conhecer do "local" (da geografia) e dos "costumes" (da antropologia);

8) Para um tratamento acadêmico das cartas, enquanto 'fonte' histórica; é preciso evitar especialmente duas falácias. A primeira identificaria a 'autoria' da carta a uma idéia de sujeito 'livre e instaurador de si'. A segunda identifica carta a *verismo*, a realismo ou naturalismo, em um exercício de expulsão necessária da carta de todo imaginário (como se este fosse 'fonte' de deformação e/ou falsidade histórica);

9) O campo a analisar é, quanto ao último ponto, o inverso: quais as relações entre o suposto terra-a-terra de uma carta — especialmente de uma carta que quer ter *eficácia social*, e não ser apenas expressão da subjetividade — e o 'imaginado', o delírio, o irreal, o fantástico, o sonhado;

10) Quanto à noção de "pessoa"; é necessário evitar uma 'naturalização' da noção. Dizer que a carta é uma forma de comunicação interpessoal não basta; é forçoso investigar o que quer dizer "pessoa" em cada época estudada. Inclusive para que não se peque por anacronismo, ao confundir, por exemplo, as modernas acepções ocidentais de "indivíduo" com a de "pessoa" em outros períodos históricos;

11) A própria noção de Autoria deve ser cuidadosamente estudada para que não se confunda esta noção — historicamente datada, na Europa — com outras maneiras de encarar a "assinatura" epistolar;

12) A história — ou a teoria — da carta deve considerar o que Simmel apontou como sendo sua existência intemporal e objetiva (ver: Simmel, 1976). Uma carta, na realidade, transcende, por sua própria materialidade, a 'vontade' de quem a escreveu (já que poderá ter diversas apropriações por parte de quem as leu) e passa a circular em uma "área" que pode escapar — inteira ou parcialmente — do universo do remetente. Além do que,

segundo sua "vigência histórica", poderá ser lida em tempo(s) e cultura(s) inteiramente insuspeitados no momento da sua produção/leitura "originais". Para Simmel, "(...) la lettre (...) est, bien plus que la parole, le lieu des "interprétations" et donc des malentendus" (art. cit., p. 238);

13) A carta vieiriana, seria pouco imaginá-la como "relato". Pode ser apenas isso, mas pode escapar inteiramente de uma mera "comunicação" de situações "objetivas" ou de estados de espírito. Para Vieira, ela é instrumento de sedução, de conquista de aliados, de denúncia, de ataque a adversários. A carta não se encerra, pois, com as despedidas e a assinatura do remetente; ela pretende ter vida posterior à leitura do destinatário pelas *ações* (inclusive ações públicas e/ou de alcance significativo) que desencadeará;

14) As cartas são — de que modo? — expressivas de regras de *reciprocidade* (de *correspondência*). Implica regras de equilíbrio; respostas (de que tipo?), rapidamente enviadas (ou não), extensas (ou não). A este equilíbrio 'formal' corresponderia um equilíbrio de 'conteúdo': a cartas 'políticas' se deve responder com cartas 'políticas'? Ou: quais as formas de destematização do político (por exemplo) aceitáveis (ou não) por quem 'deu início' ao tema;

15) O que as cartas 'favorecem' como tema? Ou: 1) quais as regiões temáticas preferenciais, segundo as regras da polidez; 2) quais as zonas de que se pode — mas não se deve falar; 3) quais as zonas interditas. Para uma etnografia da carta, parece indispensável estabelecer: com quem se fala; de quem se fala; como se fala (de quem, do quê);

16) Há que investigar a carta enquanto *materialidade*. Há uma série de características físicas diferenciais da(s) carta(s) e que singularizam seus tipos: papel empregado ('outro' para o envelope?; há — quando? — envelope(s)?); cor de tinta; qualidade de tinta; maneira de 'ocupar' a folha (verificar a 'nobilitação' possível da folha: espaços em branco, distância das margens; utilização do verso; rasuras; transporte — *quem* as leva, como são levadas e entregues);

17) A duração material da carta se articula a regras de coleção, preservação, continuação da memória social. Quais as que

devem ser guardadas, mutiladas ou destruídas; onde se guardam quais cartas?;

18) Quanto ao estatuto da carta: qual poder tem de *falar* pela pessoa; de ratificar seu *nome*, suas *posições*, suas *ações*? A isto se articula a questão da permanência, da vigência legítima da carta: ela só poderia ser desmentida por seu autor (e — em que circunstâncias — por outra carta). A carta 'dura' enquanto não for legitimamente contradita, seja pelo modo acima exposto, seja por uma verificação instrumentada por um *experto* — em caso de dúvida quanto à autenticidade, autoria, etc.;

19) A carta é uma unidade precária. Tem especificidades que fazem com que tenha uma 'resistência' à dissolução e à indeterminação. Mas, concomitantemente, ela se 'encaixa' a outras séries (de cartas e/ou outros escritos ou declarações) materiais ou epistêmicas;

20) Há situações epistolares especiais que — ainda que não estudadas em detalhe — servem para assinalar a variedade possível em um "gênero" habitualmente visto como monolítico. Dentre estas situações: 1) carta a desconhecido(s); 2) carta a si mesmo (cf. com o "diário"); 3) a carta a X (não importa quem); 4) a carta 'selada' (que só pode ser aberta em determinada situação); 5) a 'carta aberta' (o "público" toma conhecimento quer antes, quer coincidentemente, quer depois do destinatário e este pode até mesmo não tomar conhecimento — e até no sentido figurado da expressão);

21) Para a análise antropológica da carta — e, em especial, para a compreensão de sua inserção no cotidiano — é decisiva a análise das formas de tratamento, nomenclatura e interpelação utilizadas. Cabeçalhos; formas de despedida; flexões de nomenclatura 'durante' a carta; regras de polidez empregadas (*se e como*); timbres; papel escolhido, etc.;

22) É preciso desnaturalizar o estudo epistolar em sua 'forma material' de análise. Em outros termos: é preciso levantar e analisar o conjunto (ou a unidade) de cartas segundo seus 'modos de exposição' ao olhar do pesquisador: estão 'editadas' (e, pois, 'unidas' em uma materialidade outra que a original)? Sua autoria está estabelecida? A que arquivos pertencem e como neles se integram (ou se recortam)? Estão em que 'grau de integridade'

ou 'continuidade' (estão em que estado de conservação; estão inteiras; integram séries — 'integrals' ou mutiladas?);

23) A cronologia da carta deve considerar seus ritmos (de emissão e de resposta); suas condensações e esgarçamentos; suas nucleações, rarefações e silêncios.